



**CORPOS NEGROS REBELADOS E OS DILEMAS DA
MODERNIDADE: VIOLÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E OS
TORTUOSOS CAMINHOS DAS LUTAS POLÍTICO-SOCIAIS**

**REBEL BLACK BODIES AND THE DILEMMAS OF
MODERNITY: VIOLENCES, RESISTANCES AND THE
TORTUOUS PATHS OF POLITICAL-SOCIAL STRUGGLES**

Rogério Souza Silva*

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

 <https://orcid.org/0000-0002-5683-750X>

rogerhist@uol.com.br

Quem olha o conjunto de experiências das distintas sociedades humanas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX pode ter a sensação de estar exercitando a visão através de um caleidoscópio, tamanho é o conjunto de imagens que se manifestam para o observador. O mundo daquela virada entre séculos viveu o impasse que levou ao desmoronamento dos pilares que sustentavam os discursos hegemônicos que eram então propalados. Esses pilares podem ser representados pelas palavras modernidade, civilização e progresso, as quais foram destruídas, entre tantos motivos, pelos sangrentos conflitos internacionais que se desenharam naquela conjuntura, particularmente o que teve início em 1914. Essa percepção é fundamental para a compreensão do livro de Sílvia Capanema intitulado *João Cândido e os navegantes negros: a Revolta da Chibata e a Segunda Abolição*, publicado pela editora Malê, em 2022. A autora é uma intelectual franco-brasileira e professora da Universidade Sorbonne Paris Nord.

* Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como professor na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Autor do livro *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*, publicado pela Paco Editorial, em 2017.

A obra apresenta uma rica pesquisa, abrindo diferentes ângulos sobre a Revolta dos Marinheiros – ou dos marujos, palavra que também aparece ao longo do texto –, iniciada em 22 de novembro de 1910. Sílvia fez uso de relatórios da Marinha, jornais, revistas ilustradas de humor, discursos parlamentares, discussões técnicas sobre a área naval, testemunhos de época e entrevistas, além de uma impecável discussão historiográfica.

O primeiro debate estabelecido pela autora diz respeito à modernização da Marinha brasileira. O tema é elaborado com brilhantismo, ao conduzir os leitores pelo processo de formação da Força Naval do país desde meados do século XIX, chegando até o início do século XX. São discutidas, nessa passagem, inúmeras questões técnicas sobre as embarcações, algo que, a princípio, poderia tornar o assunto enfadonho. Contudo, Sílvia consegue transformá-lo em uma das passagens mais interessantes do livro, visto que permeia as questões técnicas com discussões no campo da cultura, mostrando que as mudanças da capacidade da Armada brasileira andaram de mão dadas com os anseios das elites (sejam as políticas, as econômicas, ou mesmo as culturais) em entrar em sintonia com suas congêneres do Atlântico Norte. As embarcações são o pano de fundo da ideia central da obra. Na sequência do texto, os atores históricos centrais presentes naquelas páginas entram em cena: os marinheiros. Diante desse quadro, a autora mostra as contradições entre o processo de modernização técnica das embarcações e as relações de trabalho marcadas por práticas que destoavam dos discursos que enunciavam as percepções de mundo ligadas à modernidade, à civilização e ao progresso. O exemplo mais emblemático disso foi a permanência dos castigos físicos.

Mais uma vez, os leitores são conduzidos de forma muito cuidadosa por rotas que demandam a mais absoluta atenção. O eixo analítico proposto passa pelas diferentes dimensões da vida na Marinha. Há, nessas passagens, sem dúvida, a elaboração de uma história do corpo daqueles homens (em sua grande maioria, negros e pardos) que formavam esse setor militar no Império e na República. Nesse processo, surgem, no escrito, questões que tratam do recrutamento, indo até as desigualdades de promoção na carreira, onde o fator racial pesava desfavoravelmente para os negros. Chama a atenção a utilização da documentação do Gabinete de Identificação da Armada (GIA), permitindo que a história do corpo elaborada por Sílvia Capanema ganhe uma gigantesca concretude, ao se observar, de maneira detalhada, quem eram aqueles homens. Evidentemente, a autora, ao longo do livro, faz referência a João Cândido e a outros personagens conhecidos daquele processo, porém a documentação da GIA deu a ela acesso à vida dos

“homens comuns” da Marinha brasileira, tornando possível, assim, desvendar diferentes dimensões de suas existências.

É de fundamental importância para entender a tese da historiadora a percepção do elo entre os avanços técnicos da estrutura naval brasileira e o violento processo de racialização dos corpos dos marinheiros. Esse representa, inegavelmente, o ponto mais alto da obra, momento em que ficam evidentes os amplos dilemas da sociedade brasileira de então. A maneira como o modelo de modernidade ocidental foi apropriado no país aprofunda ainda mais tais dilemas. Sílvia Capanema foi muito meticulosa ao abordar a questão dos castigos físicos na Marinha. Primeiro, ela mostra aos leitores a experiência dessa questão em outras Forças Navais do mundo. Logo após, apresenta esses mesmos aspectos no Brasil, observando o labirinto jurídico existente no país e como se davam os critérios para tais castigos. Há, nesse momento da obra, uma colocação fundamental para se adentrar na complexidade desse processo, pois, enquanto em muitas Armadas estrangeiras os castigos foram eliminados, no Brasil do alvorecer do século XX, essas práticas se mantinham como “[...] a permanência de estruturas escravocratas, de exclusão e racistas no pós-abolição” (CAPANEMA, 2022, p. 189).

Na sequência, têm-se os desdobramentos dos elementos elencados até aqui, em especial, a luta dos marinheiros. Suas demandas reforçam a ideia que aparece no subtítulo da obra, a *Segunda Abolição*, indicando o prosseguimento de uma luta não resolvida com o fim da escravidão. No histórico de reivindicações feitas pelos marinheiros, além do fim dos castigos, também existiram outras questões, como melhores salários, aumento do contingente e exclusão dos oficiais considerados incompetentes. Ao longo da discussão, é possível notar fatores que revelam muito sobre o contexto. Por exemplo, ao tomarem os encouraçados, no início da luta, os revoltosos apontaram os canhões para a então capital da República; paralelamente, demonstraram um sofisticado conhecimento técnico das embarcações. Somado a isso, a autora mostra o zelo com a manutenção da limpeza e com o patrimônio daquelas estruturas navais. Os insurgentes revelaram-se verdadeiros republicanos. Por outro lado, a elite política aparece, nesse cenário, cercada de dúvidas sobre qual atitude tomar diante daquele levante. As discussões no Senado e na Câmara são vistas de maneira minuciosa e evidenciam que as instituições se sentiam ameaçadas. Há um destaque para a figura do senador Rui Barbosa e sua ênfase em observar os resquícios do escravismo nas formas de castigo que se mantinham na Marinha. Em uma linha argumentativa parecida, porém, controversa, o deputado Pedro Moacir se referiu aos marinheiros brutalizados pelos

castigos como “novos escravos brancos” (CAPANEMA, 2022, p. 223), fazendo uma relação da cor branca com a liberdade e, no sentido contrário, da cor negra com a escravidão. Desse modo, percebe-se que mesmo aqueles homens de elite que podiam ser favoráveis às demandas do movimento e que vieram a contribuir para a possibilidade da anistia manifestaram preconceitos raciais próprios da época.

Sílvia traz à tona discussões de bastidores, tais como a hipótese de um ataque com torpedos para afundar os encouraçados. Quanto a essa possibilidade, o governo temia pelo prejuízo material com a destruição das embarcações e pela repercussão negativa que poderia ter no âmbito internacional (por conta da matança que ela geraria), pois a imagem do país sofreria danos diante das nações do Atlântico Norte – sendo essas, naquele momento, além de referências culturais, grandes parceiras econômicas do Brasil. Outro elemento muito relevante nas reflexões presentes na obra são as tramas posteriores à conquista da anistia. Houve, segundo a autora, divisões e insatisfações entre os marujos; no lado dos oficiais, prevaleceram os rancores e as desconfianças por eles não se esquecerem da maneira como foram desafiados hierarquicamente e das mortes de seus colegas. Todos esses ingredientes criaram um ambiente de conspirações, que, provavelmente, levou à rebelião do Batalhão Naval, iniciada em 9 dezembro de 1910. Há dados documentais plausíveis que apontam a ação de oficiais nesse novo conflito, com o intuito de gerar pretextos para desencadear uma onda repressiva. E ela veio de forma devastadora, com prisões, assassinatos e deportações para a região amazônica; não apenas dos marinheiros insubordinados de novembro, mas, igualmente, de inúmeros setores indesejados do Rio de Janeiro.

Nas partes finais do livro, a historiadora problematiza os indivíduos que fizeram parte da revolta. Essas passagens são bastante instigantes, posto que são destacadas, entre tantos fatores, as interações entre os marinheiros e a imprensa. É exibido um complexo jogo de representações, no qual, de maneira muito hábil, os revoltosos (pertencentes aos setores menos letrados da sociedade brasileira de então) conseguiram demarcar seus interesses e tiveram a noção do papel da imprensa como um dos poderes da sociedade. O próprio líder João Cândido, em um trecho do texto, é apresentado como um homem interessado em ler as notícias do *Jornal do Brasil*. Também despertam muito a atenção as posturas dos marujos nas fotografias de jornais e revistas no calor da hora dos acontecimentos: posicionamento corporal, expressão facial e uso dos uniformes como um demarcador simbólico importante (como aparece na belíssima capa da obra). Vale também destacar outro elemento significativo da discussão, brevemente observado

quando se falou dos documentos da GIA: a autora não se restringiu aos nomes consagrados pela historiografia do tema. Além desse acervo documental citado, os processos abertos contra os revoltosos, da mesma forma, lançam luz sobre aqueles atores históricos menos famosos na participação no levante. Não obstante, apesar da introdução desses “homens comuns”, o texto tem no Almirante Negro o seu eixo motor. Ele, em um sentido muito profundo, encarna as questões que a obra apresenta. Gaúcho da cidade de Rio Pardo, passou pela Escola de Marinheiros e viajou para diferentes lugares do mundo. Como aconteceu com inúmeros marinheiros em vários países, as experiências de viagens internacionais (pouco comuns nas classes populares naquele momento, à exceção dos imigrantes, como destaca Sílvia Capanema) redimensionavam a visão de mundo desses indivíduos. No caso de João Cândido, nota-se uma somatória de elementos, como o fato de ser um homem negro no Brasil pós-Abolição, sua origem social e seus conhecimentos como marinheiro.

Essa construção complexa do personagem vai, inevitavelmente, influenciar as interpretações da natureza do movimento do qual foi líder e também as imagens que, nos decênios seguintes, vieram a ser erigidas em torno dele. É bastante relevante, nos discursos analisados pela autora, notar que João Cândido, especialmente em suas *Memórias*, publicadas na *Gazeta de Notícias*, em 1913, ao mesmo tempo em que se apresenta como o homem que questionou a violência dos castigos físicos na Armada, também exalta a mesma, revela-se nacionalista e demonstra entusiasmo por vários aspectos da modernidade. Sílvia Capanema apresenta um episódio conhecido sobre ele que diz respeito ao seu envolvimento com o movimento integralista. Esse episódio apenas reforça o seu caráter complexo, pois imaginar um questionador da ordem, negro e popular aliado a um movimento de filiação fascista soa – a um olhar desatendo – estranho. Quanto a isso, a autora afirma:

A construção de João Cândido como herói nacional e popular é uma tarefa complicada – devido à perseguição das Forças Armadas e do Estado brasileiro –, e seria, nos meios progressistas, complicado defender a memória de um herói que defendesse tais correntes e propostas [...] João Cândido podia ter organizado uma revolta popular e, ao mesmo tempo, ter sucumbido à manipulação do discurso fascista dos anos de 1930, no contexto confuso da época. Isso não seria algo necessariamente contraditório (CAPANEMA, 2022, p. 323).

Em sua obra, Sílvia Capanema estabelece um novo marco dentro do tema e faz emergir um estimulante debate historiográfico. Isso posto, cabe realizar, neste momento

do texto, duas provocações à autora, diante do debate por ela proposto. A primeira diz respeito às observações do último parágrafo, onde são colocados os caminhos aparentemente contraditórios do Almirante Negro. Ao longo do livro, Sílvia apresenta as lutas dos marujos, em toda a sua pluralidade, em meio ao turbilhão de transformações do processo de modernização do Brasil daquele período. Eles eram vítimas, por um lado, e, ao mesmo tempo, poderiam demonstrar fascínio e se apropriarem de elementos daquele processo, ressignificando-os. A autora explora essas trajetórias individuais, notando de maneira profunda as suas metamorfoses, em particular a do ator histórico central da obra. Há a observação da presença da consciência moderna quando muitos deles, dentro de suas próprias experiências, articulam-se como trabalhadores em luta pelos seus direitos. Consequentemente, o combate contra os castigos corporais ganha essa dimensão. No entanto, outras dimensões daquele mundo, goste-se ou não, eram igualmente parte da consciência moderna de tais indivíduos. Por exemplo, é impossível não se fascinar com a passagem na qual João Cândido é apresentado como um homem interessado pelas notícias da imprensa, sendo, da mesma forma, colocada pela autora a possibilidade de que outros marinheiros teriam o mesmo hábito – apesar do grau de alfabetização precário. Neste ponto, é possível recorrer à outra interessante passagem da obra, na qual são feitas referências às experiências de viagens de João Cândido, em suas *Memórias*, destacando o seu fascínio pelo mundo franco-britânico e, paralelamente, um sentimento nacionalista que via grandes possibilidades para o futuro do Brasil. Diante dessas evidências, por que imaginar que ele, tempos depois, poderia, meramente, “[...] ter sucumbido à manipulação do discurso fascista dos anos de 1930” (CAPANEMA, 2022, p. 323, grifo nosso), tendo ele sido admirador de aspectos dos processos modernizantes da *Belle Époque* – que eram semelhantemente brutais como os posteriores das décadas de vinte e trinta? Se for colocada a hipótese de João Cândido ter continuado a ler jornais, ou mesmo revistas, e se interessar pela política, a imprensa integralista, com publicações como a *Anauê!*, por exemplo, era profundamente dinâmica e atraente. Não custa lembrar, usando o conceito de circularidade cultural, que vários intelectuais de elite passaram por mudanças semelhantes e se sentiram identificados com o extremismo reacionário nos anos vinte e trinta. Dessa forma, a adesão (e não o sucumbimento) do líder da Revolta dos Marinheiros à Ação Integralista Brasileira estava em consonância com aspectos de seu pensamento e com os dilemas e as crises da modernidade de então. Essa argumentação pode ser ainda mais reforçada com a figura do ex-marinheiro rebelde Manuel Gregório do Nascimento, que teria sido – segundo fontes consultadas pela

historiadora – parte da guarda pessoal de Hermes da Fonseca e, mais à frente, se tornado agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na Era Vargas. Esses roteiros não representariam um desvio, mas elementos formadores de indivíduos complexos caminhando pelas vias tortuosas da modernidade.

A segunda provocação refere-se aos elementos que tratam da questão racial. Sílvia Capanema se alicerça muito bem em uma vasta documentação para mostrar que as desigualdades nesse campo existentes na Marinha estavam presentes em outros espaços da sociedade brasileira daquele período. Os leitores poderão perceber o uso interessante que a autora faz das revistas ilustradas semanais. Essas publicações, por terem em seu conteúdo distintas formas de humor, podem revelar aspectos que guardam uma natureza profundamente provocativa. A leitura dessas fontes mostra os elementos raciais, corretamente discutidos na obra, que vinham acompanhados de um profundo sentimento de insegurança no que diz respeito ao pertencimento racial das elites brasileiras à ordem global regida pelo mundo do Atlântico Norte. Em outras palavras, “ser branco”, particularmente quando defrontado com o mundo exterior (leia-se Estados Unidos e Europa), desencadeava uma profunda crise de identidade naqueles que se sentiam filiados ao Ocidente dominante. Cumpre destacar uma pequena notícia, do ano de 1905, que surge na crônica de *O Malho* como um desmentido de um fato que teria acontecido com oficiais da Marinha brasileira nos Estados Unidos. Mesmo sendo um desmentido, o discurso serve para apresentar um rico fragmento da questão racial no país:

Felizmente, para desannuiar o espirito publico, obumbrado por tantas sombras e sombrinhas disparatadas, chegou-nos pelo telegrapho o desmentido formal á noticia de que os hoteleiros de Norfolk haviam recusado servir os officiaes do nosso *Benjamin Constant*, sob pretexto de que não eram brancos...

Essa noticia, transmittida para aqui em telegramma de Londres, havia causado a mais dolorosa emoção.

Pois que! os americanos os nossos grandes amigos, tão por nós considerados, que até lhes copiámos o esquisso da constituição; a quem concedemos tarifas especiaes, a quem acabamos de enviar o nosso Joaquim Nabuco na qualidade de embaixador, etc, etc... faziam-nos isso? pregavam-nos essa desfeita?!...

Que elles eram capazes disso desconfiámos, pela reminiscencia no caso desse notavel Jequitinhonha, o plenipotenciario do Império não recebido em Washington á primeira vista... Mas, que diabos! tantos lustros já decorridos... tantos progressos feitos... o Sr. Roosevelt tão amigo dos homens de côr, inclusive os japoneses!...

Nem nos lembramos de que a côr da officialidade do *Benjamin Constant* era somente a das estrellas do pavilhão americano... (BOCÓ, 1905, sem paginação)¹.

A autora, em momentos da obra, usa o termo contemporâneo afrodescendente; algo que é bastante interessante, pois dá uma profunda dimensão não apenas política, mas também cultural dentro da revolta de 1910. Ao mesmo tempo, o emprego do termo citado corre o risco de se tornar anacrônico ou ter uma abrangência problemática, visto que, entre os setores dominantes do país, havia muitos indivíduos que poderiam ser considerados – como se designa na atualidade – afrodescendentes, sendo alguns declarados, outros poucos simpáticos à própria origem. Mais uma vez, faz-se oportuno utilizar as revistas ilustradas de humor. Há um texto na *D. Quixote*, do ano de 1917, que afirma:

Ainda ha no Brasil muita gente que mantem certa prevenção contra os homens de côr. É uma injustiça. Os homens de côr têm attingido as mais altas posições nas letras, nas sciencias, nas artes, no jornalismo, nas finanças, etc. (ALVIM, 1917, sem paginação)².

Intitulado *A victoria dos mulatos...*, o texto – escrito por Antônio Torres, fazendo uso do pseudônimo irônico Branco Alvim – lista nomes de homens mulatos que se destacavam, além das áreas mostradas na citação, também na política, incluindo ex-presidentes da República. O texto ainda faz questão de ressaltar as diferenças entre mulatos e negros (tendo estes últimos alguns nomes ilustres listados). Isso mostra claramente o quadro complexo dessas relações no país.

Como conclusão, vale perguntar: o que o ótimo trabalho de Sílvia Capanema pode despertar em cada um dos seus distintos leitores? Em outros termos, aquilo que a autora não pensou, mas que cada leitor, em sua relação íntima com o texto, pode elaborar. Diante disso, a presente resenha elabora a construção de uma aproximação pouco notada: os elos entre a Revolta da Chibata e a organização da *Agrupación Independiente de Color* (AIC), em Cuba, fundada no ano de 1908, rebatizada como *Partido Independiente de Color* (PIC), em 1910. Esse grupo político organizou, em 1912, um levante que resultou em seu massacre e derrota (LINARES, 1950), em que mais de 3.000 negros foram mortos pelas forças repressivas cubanas. Os dois movimentos mencionados ocorreram em países muito distintos e sua organização tem

¹ Optou-se, na citação desta fonte, pela preservação do português original.

² Optou-se, na citação desta fonte, pela preservação do português original.

diferentes motivações; a trajetória das lideranças e parte de suas ideias também se afastam, e o mesmo pode-se dizer da forma de nascimento das duas repúblicas. A historiografia do tema aponta que os preconceitos centenários contra os negros desde a colonização espanhola, somados à posterior presença dos Estados Unidos, deram um tom específico a esses processos naquele país (GOTT, 2006). Homens como Evaristo Estenoz foram fundamentais para a criação da AIC e do PIC como armas contra a exclusão dos negros nos processos decisórios da jovem República cubana. Estenoz era um ex-escravizado, que se tornou empreiteiro e, posteriormente, tenente do Exército Libertador na luta pela independência.

A despeito das diferenças entre a luta pelo fim dos castigos corporais na Marinha e *los independientes de color*, nota-se a semelhança no combate contra os mecanismos discriminatórios contra os negros nessas duas sociedades. Dessa forma, a questão racial e vários aspectos da herança da escravidão – que aparecem em torno dos dois movimentos – têm um poderoso pano de fundo global, que os coloca como filhos da mesma época, causado pelo impacto da Segunda Revolução Industrial e o seu decorrente processo de modernização que ocorreu do início da década de 1870 até o contexto da Grande Guerra, mudando, de maneira significativa, a face do mundo. A América Latina tem, nesse contexto, um novo ciclo de urbanizações, mudanças na estrutura agrária, a incipiente industrialização, a chegada maciça de imigrantes europeus, a adesão de amplos setores dessas sociedades ao racismo científico, entre outras mudanças. Esses efeitos são sentidos de maneiras diferentes no Brasil e em Cuba. Não obstante as diferenças, em tal cenário, as populações pobres de conjunto e as populações negras, em particular, foram profundamente atingidas. Os novos mecanismos de poder político, econômico, militar e ideológico afetaram brutalmente esse setor. Como sugere uma parte do subtítulo do presente texto, *os tortuosos caminhos das lutas político-sociais* se explicam pelo complexo conjunto de iniciativas das populações marginalizadas que procuraram variadas respostas para os seus contextos específicos, em especial aqueles que, dentro da ordem da modernidade, foram os únicos, na colocação de Achille Mbembe (2018, p. 21), “[...] humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital”. Contudo, como o mesmo autor sustenta, essa trajetória histórica possui outros ângulos, pois, “[...] numa reviravolta espetacular, tornou-se símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até mesmo no ato de viver em vários tempos e várias histórias simultaneamente” (MBEMBE, 2020, p. 21). Esse ponto fundamental

aproxima definitivamente as ações de Cândido e Estenoz. Destarte, as experiências direta ou indiretamente compartilhadas da diáspora negra nas Américas (HALL, 2008) e no Atlântico Negro (GILROY, 2001) criaram abismos entre o Atlântico Sul e o Caribe, mas, ao mesmo tempo, proporcionaram um amplo conjunto de iniciativas que representaram resistências às manifestações da modernidade naquilo que ela tem de opressiva, bem como apropriações e adequações de seus aspectos que podem ser considerados libertadores. São, portanto, processos culturais centenários e complexos ao lado dos efeitos impactantes da modernização.

Para finalizar, vale a pena abrir um eixo nas discussões que veem sendo realizadas há décadas nesse campo, em especial nos estudos pós-coloniais. Com base no que foi refletido até aqui, a convergência entre as experiências brasileira e cubana (com todas as distâncias já destacadas) nas lutas negras pode ser complexificada com uma instigante tentativa de agregar aspectos estadunidenses nesse assunto – levando-se em consideração todas as suas particularidades e até a sua maior aproximação, não somente geográfica, com o Caribe³. Para isso, é interesse mencionar dois personagens que podem servir de guias nesse caminho. O primeiro é Arturo Schomburg, que foi um intelectual porto-riquenho de ascendência africana e alemã. Ainda jovem, ele foi para Nova Iorque, onde se tornou um intelectual relevante nos estudos sobre os negros na América Latina e nos Estados Unidos. O autor visitou Cuba, em 1905, e notou uma gigantesca insatisfação da população negra daquele país (PÉREZ, 1999). Já o segundo é o escritor jamaicano-americano Claude McKay, que, entre tantos textos, publicou, em 1919, o poema *If we must die*, no qual denuncia a prática de linchamentos contra negros em diferentes partes do território norte-americano. Tanto Schomburg quanto McKay foram agentes fundamentais para o movimento político-artístico conhecido como o Renascimento do Harlem (HUGGINS, 2007), que teve seu começo exatamente no mesmo contexto em

³ Deve-se levar em conta o maior elo da questão negra em Cuba, localizada no Caribe, com essa mesma realidade em outras partes dessa região e com os Estados Unidos. Porém, o elemento inovador seria uma maior inserção da história do negro brasileiro em tal contexto. Sobre isso, Paul Gilroy (2001, p. 11) chama a atenção, no prefácio da edição brasileira de *O Atlântico Negro*: “[...] o quanto a história brasileira tem sido marginalizada mesmo nos melhores relatos sobre a política negra centrados na América do Norte e no Caribe. Hoje, espero que a nova tendência sobre a ideia da diáspora possa ajudar a acabar com tal marginalização. No espírito do que pode ser chamado de história ‘heterológica’, gostaria que considerássemos o caráter cultural e as dimensões políticas de uma narrativa emergente sobre a diáspora que possa relacionar, senão combinar e unificar, as experiências modernas das comunidades e interesses negros em várias partes do mundo. Isto deveria ser feito de forma que soubéssemos, tanto quanto possível, o que realmente aconteceu, mas seria também uma forma de adquirir uma perspectiva mais complexa sobre a modernidade e uma compreensão mais rica, pós-antropológica, de suas culturas coloniais e pós-coloniais”. Não obstante a crítica, Gilroy faz poucas referências ao Brasil ao longo do livro.

que os processos citados no Brasil e em Cuba se desdobraram. Assim, esses países, tão distintos em todos os níveis, apresentam, nas duas décadas iniciais do século XX, a densidade e a pluralidade das lutas e resistências das populações negras. A perspectiva de aprofundamento e busca de maiores conexões dessas experiências proporcionaria estimulantes avanços em distintas áreas de conhecimento.

Eis a *vida própria* do livro de Sílvia Capanema e as possíveis novas reflexões que ele pode despertar.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Branco. A victoria dos mulatos... **D. Quixote**, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, 18 jul. 1917.

BOCÓ, J. Crônica d'O Malho. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 146, 1º jul. 1905.

CAPANEMA, Sílvia. **João Cândido e os navegantes negros: a Revolta da Chibata e a Segunda Abolição**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

HUGGINS, Nathan Irvin. **Harlem Renaissance, updated edition**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LINARES, Serafin Portuondo. **Los Independientes de Color: historia del Partido Independiente de Color**. La Habana: Editorial Librería Selecta, 1950.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MCKAY, Claude. If we must die. **The Liberator**, New York, v. 2, n. 2, Jul. 1919.

PÉREZ, Louis A. **On becoming Cuban: identity, nationality, and culture**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.



www.revistafenix.pro.br